

**PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO ÚNICA  
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 6/2000**

**I – RELATÓRIO**

De autoria da Mesa Diretora, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2000 visa atualizar o subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito em doze por cento, a partir de 1º de abril deste ano.

No último dia 10, este projeto foi distribuído às Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para parecer conjunto.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**1. Do Projeto de Decreto Legislativo**

O projeto encontra-se formalizado de acordo com a técnica legislativa e sua redação atende aos fins a que se destina.

**2. Da competência**

A competência para apresentar projeto que fixa ou atualiza remuneração de agentes políticos é da Câmara Municipal, sendo sua iniciativa reservada exclusivamente à Mesa Diretora.

Pela atual sistemática, este reajuste pode ser feito mediante projeto de resolução, no caso do subsídio dos vereadores, ou de decreto legislativo, quando incidente sobre o subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito.

Mesmo quando entrar em vigor os artigos da Reforma Administrativa relativos à remuneração dos agentes políticos, cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, a lei que fixar ou atualizar os subsídios dos agentes políticos, inclusive dos Secretários Municipais, continuará ser de iniciativa privativa da Câmara Municipal.

**3. Da atualização**

Existe decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, baixada por meio da Deliberação n.º 1/99, de que continuam os agentes políticos municipais sujeitos à sistemática de fixação de sua remuneração, até que seja editada a lei prevista no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal. Esta deliberação, por sua vez, está de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal segundo o qual o inciso XI do art. 37 e § 4º da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, não são auto-aplicáveis, por dependerem de lei formal de iniciativa conjunta para sua implementação.

Sendo assim, o projeto não contraria os dispositivos legais e constitucionais relativos à atualização da remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito, posto que a forma, o momento e o percentual de reajuste estão de acordo com a Resolução fixadora.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

**4. Da Dotação Orçamentária**

O Orçamento vigente do Município possui dotação suficiente para atender à despesa decorrente do projeto em estudo.

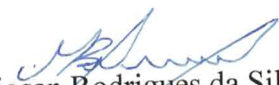
**III – CONCLUSÃO**

Isto posto, estas Comissões acolhem o voto do Relator e concluem pela constitucionalidade, legalidade e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2000.


Sala das Reuniões, 17 de abril de 2000.



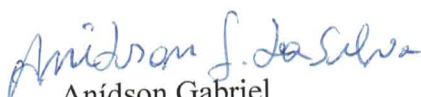
César Junho Ferreira  
Presidente da CLJR e Relator




Mariosan Rodrigues da Silva  
Presidente da CFOTC



Antônio Mantovanelli  
Membro Suplente



Anídon Gabriel  
Membro da CFOTC



Clodoaldo José Borges  
Membro da CLJR